

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 036/2026

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2026 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS CAIO MAGALHÃES RODRIGUES.

I - Relatório:

O Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2026, de autoria do Vereador Marcos Caio Magalhães Rodrigues, tem como objetivo “Conceder Título de Cidadã Honorária do Município de Amontada, Estado do Ceará, à Sra. Maria Elisabete Silva Barbosa, na forma que indica”.

O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa em 8 de maio de 2026. Após sua leitura na 15ª Sessão Ordinária de 2026, ficou apto ao recebimento de emendas.

Seguindo os trâmites regimentais, o Projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise dos aspectos afetados.

É o relatório.

II - Fundamentação:

A presente proposição não apresenta qualquer vício, seja de ordem legal ou constitucional, que impeça o seu regular prosseguimento.

Conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal:

Art. 19 – Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

XXI – Conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pela maioria de dois terços de seus membros;

O Projeto de Decreto Legislativo sob análise também está em conformidade com o disposto no artigo 41, XVIII, do Regimento Interno desta Casa:

Art. 41 – São atribuições do Plenário:

XVIII – conceder título de cidadão honorário ou qualquer ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município;

Quanto aos requisitos, cabe referir: 1) à Sra. Maria Elisabete Silva Barbosa é natural de Itaiçaba, Estado do Ceará, conforme apresenta a justificativa; 2) a homenageada tem prestado relevantes serviços ao Município de Amontada; e, 3) é o segundo projeto apresentado pelo Vereador no ano de 2026, sendo permitido o máximo de 6 projetos por ano.

Diante do exposto, opinamos pela viabilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2026, uma vez que é formal e materialmente constitucional.

III - Opinião:

Concluimos que o Projeto de Decreto Legislativo em análise preenche todos os pressupostos legais e constitucionais vigentes de admissibilidade.

Desta forma, opinamos pela regular tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2026, de autoria do Vereador Marcos Caio Magalhães Rodrigues.

É o Parecer.

Amontada - CE., 22 de maio de 2026.



Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues
Relator

IV - Decisão da Comissão de Justiça e Redação.

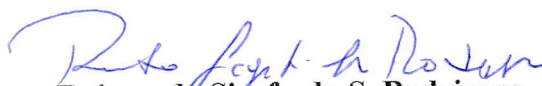
Analisadas as contextualizações e argumentações do relator, a Comissão de Justiça e Redação segue o parecer do relator, manifestando-se FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 022/2026, para que tenha continuidade regimental nesta Câmara de Vereadores.

Amontada - CE., 22 de maio de 2026.

⁴⁵⁵⁷
Maria Sirnara Saldanha Freitas
Presidente

a favor, pelas conclusões do parecer.

contra, pela reprovação do parecer.



Raimundo Sigefredo S. Rodrigues
Relator

a favor, pelas conclusões do parecer.

contra, pela reprovação do parecer.

(ausente)

Wangles Praciano Carneiro
membro

a favor, pelas conclusões do parecer.

contra, pela reprovação do parecer.